



Planejamento Estratégico da Polícia Civil

2017 - 2021





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL



Planejamento Estratégico da Polícia Civil

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL
PEPC/SE-2017 A 2021**

ARACAJU, MAIO DE 2017.

FICHA INSTITUCIONAL

BELIVALDO CHAGAS

GOVERNOR DO ESTADO DE SERGIPE

JOÃO ELOY DE MENEZES

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

KATARINA FEITOZA LIMA SANTANA

DELEGADA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

ERIKA FONSECA MAGALHÃES

CORREGEDORA GERAL DE POLÍCIA

JOÃO BATISTA SANTOS JUNIOR

DIRETOR DA ACADÊMIA DE POLÍCIA

VIVIANE CRUZ PESSOA

COORDENADORA DE POLÍCIA CIVIL DA CAPITAL

JONATHAS DE OLIVEIRA EVANGELISTA

COORDENADOR DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

APC CÁTIA SIMONE GONÇALVES EMANUELLI

ASSESSORA TÉCNICA DA SUPCI

APC ANTÔNIO MARCOS LIMA SOUZA

ASSESSOR TÉCNICO DA SUPCI

COLABORADORES

EPC FABIANO ROUGÊ DE ALBUQUERQUE SOUZA

ASSESSOR DA CORREGEPOL

APC ANDREA SANTOS VENTURA

ASSESSORA TÉCNICA SUPCI

GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA OPERACIONAL DA SUPCI

DRª KATARINA FEITOZA LIMA SANTANA

DELEGADA GERAL

DRª NAILE BISPO DE CASTRO

COORDENADORA DOS DEPARTAMENTOS

DRº JONATHAS DE OLIVEIRA EVANGELISTA

COORDENADOR DA COPCI

DRª VIVIANE CRUZ PESSOA

COORDENADORA DA COPCAL

DRº DERNIVAL ELOI TENÓRIO

DIRETOR DO COPE

DRº JOSÉ INEPHÂNIO DE SOUZA CARDOSO

COORDENADOR DO COGESISP

DRª THEREZA SIMONY NUNES SILVA

DIRETORA DO DHPP

DRº FÁBIO LUIZ SILVA PEREIRA

COORDENADOR OPERACIONAL DA COPCI

DRº OSVALDO REZENDE NETO

DIRETOR DO DENARC

LAURITO EÇA MENEZES JUNIOR

ASSESSOR JURÍDICO

BRENO DE MELO MUNIZ

ASSESSOR JURÍDICO

CÁTIA SIMONE GONÇALVES EMANUELLI

ASSESSORA TÉCNICA

SUMÁRIO

I MENSAGEM DA DELEGADA GERAL	08
II APRESENTAÇÃO	09
III BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA CIVIL NO BRASIL E EM SERGIPE	10
IV METODOLOGIA	13
V DIAGNÓSTICO	15
VI IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	18
VI.1 Missão.....	18
VI.2 Visão.....	19
VI.3 Valores.....	20
VI.4 Objetivos.....	20
VI.5 Mapa Estratégico	21
VI.6 Metas e Indicadores	22
VII SIGLAS E ABREVIATURAS.....	33
VIII REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

I- MENSAGEM DA DELEGADAGERAL DA POLÍCIA CIVIL

No início do ano de 2012, após analisarmos o crescimento da criminalidade no Estado, principalmente das taxas de homicídios e a interiorização do tráfico de Drogas, resolvemos promover uma transformação na forma de gerir a instituição, momento em que, através da Portaria nº 23/2012, colocamos em prática o Planejamento Estratégico da Polícia Civil, para os anos de 2012 a 2016.

O referido plano contemplou a identidade da instituição, objetivos, metas, estratégias e indicadores, os quais foram refletidos no mapa estratégico institucional. Durante todo o processo de construção, visando assegurar a qualidade e a legalidade do mesmo, foi oportunizada a participação a todos os servidores da Polícia Civil.

A partir disso, entramos em um momento de transição, quando abandonamos uma forma quase empírica de se trabalhar e resolvemos adotar técnicas próprias das instituições privadas, alicerçado em modelos modernos de gestão empresarial. O primeiro Planejamento estratégico da SUPCI vigorou até final do ano de 2016.

Sabemos que o planejamento deve maximizar os resultados e minimizar as deficiências utilizando princípios de maior eficiência, eficácia e efetividade, sendo os principais critérios de avaliação da gestão. Entretanto, nenhum planejamento é definitivo e estático.

Faz-se necessário que seja periodicamente revisado, a fim de adequar-se ao momento da Instituição e incorporar melhorias, se necessário.

Com efeito, em 2017, iniciamos a sua revisão e lançamos agora o 2º Planejamento Estratégico para período de 2017-2021.

II- APRESENTAÇÃO

Trabalhar o planejamento, alinhando-o aos objetivos organizacionais é o grande desafio enfrentado por todos os administradores, sejam públicos ou privados. No entanto, o mais importante de um planejamento estratégico é gerar o comprometimento das pessoas, principalmente, os envolvidos na alta gestão da Administração.

O alinhamento dos objetivos estratégicos com indicadores de desempenho, metas e planos de ação permite gerenciar a estratégia de forma integrada e garantir que os esforços estejam direcionados para a estratégia.

O desafio deste planejamento é contribuir para a redução das taxas de crimes no Estado de Sergipe, por meio das competências institucionais que lhe são atribuídas, quais sejam: a prevenção e repressão da criminalidade. As metas estipuladas evidenciam que serão envidados todos os esforços para transformar a realidade atual em outra de menor criminalidade e violência.

Este planejamento estratégico, para o período de 2017 a 2021, consiste em um instrumento que comunica os compromissos da Superintendência Geral da Polícia Civil para melhorar a segurança da sociedade Sergipana.

III- BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA CIVIL NO BRASIL E EM SERGIPE

A instituição policial brasileira, segundo documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, data de 1530, quando da chegada de Martin Afonso de Souza enviado ao Brasil – Colônia por D. João III. A pesquisa histórica revela que no dia 20 de novembro de 1530, a Polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo Justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil.

A partir de então a Instituição Policial brasileira passou por seguidas reformulações nos anos de 1534, 1538, 1557, 1565, 1566, 1603, e, assim, sucessivamente. Somente em 1808, com a chegada do príncipe Dom João ao Brasil, a polícia começou a ser estruturada, comandada por um delegado e composta por escrivães e agentes.

Na época, uma das principais funções desta organização era se prevenir de espiões europeus e fiscalizar embarcações. A polícia, então, também começou a ser chamada de Civil, como uma forma de diferenciá-la de outras formas de policiamento, por seu caráter investigativo.

Em 20 de setembro de 1871, pela Lei nº 2033, regulamentada pelo Decreto n.º 4824, de 22 de novembro do mesmo ano, foi reformado o sistema adotado pela Lei n.º 261, separando-se JUSTIÇA e POLÍCIA de uma mesma organização e trazendo algumas inovações que perduram até os nossos dias, como, por exemplo, a criação do Inquérito Policial.

A Polícia Civil só foi reconhecida nas configurações de hoje por meio da Constituição de 1988, que determina as funções de cada órgão de segurança do país. No artigo 144, a legislação esclarece que a Polícia Civil tem como atribuição assegurar o cumprimento da legislação e investigar crimes cometidos nos estados brasileiros. É de competência dos Governadores do estado e Distrito Federal comandar a Polícia Civil, sendo que cada uma delas pode ter regimentos internos que sigam as leis estaduais.

Em Sergipe, a Polícia Civil só começou a ser estruturada em 1993. Antes disso, os cargos eram comissionados e o comando não era realizado por Delegados concursados, mas sim por militares da Polícia Militar e do Exército, Procuradores e Advogados, todos ocupantes de cargos comissionados.

Mais da metade do efetivo da PC, nessa época, era composto por servidores oriundos de diversos setores da administração pública estadual, que foram requisitados para suprir a demanda que a falta de concurso público causava. Eles conduziram a instituição até o ano 1987, quando, por fim, ocorreu o primeiro concurso para agentes e investigadores.

No ano de 1991 foi criada a Coordenadoria de Polícia da Capital, que foi ocupada por um advogado criminalista; a Corregedoria de Polícia Civil, comandada por um Defensor Público e o cargo do Superintendente da Polícia Civil (Chefe de Polícia), ocupada por um Coronel do Exército Brasileiro. Nesse ano foi criada também a Escola de Polícia, tornando-se Academia de Polícia, somente em 1999.



Em dezembro do ano de 1993, foram incorporados à Polícia civil os dezoito delegados aprovados no primeiro concurso público para o cargo, já que Sergipe era o único estado da federação que ainda dispunha de delegados de polícia não concursados atuando, mesmo após a entrada em vigor da Constituição de 1988.

Apesar do concurso, o número de Delegados foi insuficiente para suprir a demanda existente e restaram cerca de oitenta unidades sem gestores concursados (cerca de vinte unidades na capital e setenta e quatro no interior) o que perdurou até o ano de 2001.

No ano de 2001 ingressaram novos Delegados aprovados em concurso e isso retirou de vez a atuação dos delegados comissionados dos quadros da polícia civil. Aos poucos, os cargos de chefia e direção e as unidades do interior foram sendo ocupados por esses Delegados.

No mesmo ano foi realizado o concurso para Agentes e Escrivães, e de 2002 a 2005, aproximadamente 500 policiais foram lotados e distribuídos nas unidades da polícia civil da capital e interior. Em 2005 e 2006 foram realizados mais dois concursos, um para Delegado e outro para Escrivães. Em 2015 foi realizado mais um concurso para suprir a demanda por policiais civis, principalmente no interior do estado.

Essas mudanças foram fundamentais para que a Polícia Civil de Sergipe, órgão essencial à Segurança Pública, se fortalecesse enquanto um importante órgão integrante do sistema de Justiça Criminal, que deve pautar sua atuação no respeito aos direitos fundamentais, na eficiência e na prestação de um serviço de qualidade à população, com o objetivo de reduzir a impunidade e promover a paz social.



Foto: Curso de formação de agentes e escrivães em 2015.

IV- METODOLOGIA

O PEPC-SE foi construído respeitando o Ciclo de Deming, o qual também pode ser denominado de Ciclo PDCA, onde as iniciais deste podem ser traduzidas para: P- planejar; D- Desenvolver; C- checar e; A- agir.



A tradução deste ciclo corresponde a uma incansável busca para melhorar continuamente os processos e produtos da Instituição.

No que tange ao gerenciamento desse modelo de gestão adotado pela Polícia Civil, a Superintendência adotou o método BSC (Balanced Scorecard), o qual pode ser traduzido para indicadores balanceados de desempenho. Os requisitos para definição desses indicadores tratam dos processos de um modelo da administração de serviços em busca da maximização dos resultados baseados em quatro perspectivas que refletem a visão e estratégia empresarial: financeira; clientes; processos internos; aprendizado e crescimento.

É preciso salientar que, durante o processo de adoção do modelo gerencial calcado no BSC, das quatro perspectivas originárias, a Polícia Civil adotou apenas três, como forma de adaptação a sua realidade, sendo elas:

- **SOCIEDADE**- a quem se destinam os serviços prestados por qualquer ente público;
- **PROCESSOS INTERNOS**- objetivando eliminar todos os pontos críticos que interferem na elucidação dos crimes pela PC/SE
- **RECURSOS**- onde se procura suprir a instituição de recursos humanos e materiais necessários, a ponto de sustentá-la no cumprimento da sua missão.

O processo de construção do PEPC/SE pode ser dividido em duas etapas: sendo a primeira etapa denominada de diagnóstico estratégico, onde através da utilização da matriz SWOT, foi possível enxergar como a instituição está, para depois iniciarmos a segunda etapa, a qual é denominada de identidade organizacional, a ser definida como o lugar aonde a instituição quer chegar.

V- DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

A análise do ambiente interno refere-se ao exame das condições internas, mediante a identificação dos aspectos classificáveis como pontos fortes e pontos fracos onde, de um lado, coloca-se em evidência as qualidades e potencialidades da Polícia Civil, que não devem ser negligenciadas, e, de outro, detectar as vulnerabilidades que devem merecer atenção especial buscando minimizá-las ou neutralizá-las.

Desta forma, a Polícia Civil Sergipana considera as forças a seguir como sendo as principais responsáveis pelo desenvolvimento da instituição, razão pela qual se devem manter estas variáveis, porque lhes proporcionam condições favoráveis em relação ao seu ambiente.

Por outro lado, ainda se referindo à análise do ambiente interno, a alta gestão da instituição enumera a seguir as maiores fraquezas ao desenvolvimento da Polícia Civil, as quais a instituição se empenha para eliminar, ou minimizar os seus efeitos para poder prestar um serviço de excelência à população sergipana:



FORÇAS	FRAQUEZAS
Elucidação de crimes que causaram repercussão no Estado	Dependência administrativa e financeira da SSP/SE
Divisão de Inteligência estruturada	Carência de pessoal em unidades sensíveis
Policiais Qualificados	Falta de mecanismos de controle de pessoal e de processos
Setores Operacionais fortes	Atendimento deficiente ao cidadão em algumas unidades policiais
Academia de Polícia	Falta de avaliação de desempenho dos servidores
Departamentos Estruturados	Manutenção das Estruturas físicas de unidades
Presença física institucional em todo o Estado	Ausência de Lei Orgânica
Nível de escolaridade do efetivo (alto)	Ausência de padronização dos procedimentos
Percentual de elucidação de homicídios acima da média nacional	Alta rotatividade de pessoal
Integração entre as instituições	Alta taxa de congestionamento de boletins de ocorrência
	Carência da cultura de planejamento

Após concluir a análise do ambiente interno, a equipe gestora da PC/SE passou a analisar o ambiente externo.

A análise de ambiente externo refere-se ao exame das condições e variáveis da ambiência externa, mediante a identificação dos fatores que possam ser traduzidos em termos de oportunidades a serem aproveitadas ou situações de risco que, na medida do possível, devem ser evitadas ou neutralizadas.

A partir desse contexto, são enumeradas abaixo as oportunidades para o desenvolvimento PC/SE, as quais devem ser aproveitadas para proporcionar a mesma uma grande valia na sua constante busca na otimização dos serviços prestados a comunidade, assim como as ameaças que precisam ser levadas em conta para garantir o sucesso do planejamento. Para análise do cenário externo deve-se considerar:

FATORES INTERNOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Acesso a novas ferramentas tecnológicas	Aumento da criminalidade, principalmente de CVLis
	Integração com outros órgãos da esfera federal e estadual	Interiorização do crime
	Reestruturação das carreiras da Polícia Civil	Migração do crime em nível nacional
	Remuneração compatível	Descontinuidade das políticas de Estado para a Segurança Pública
	Capacitação via EAD / Senasp / MJ	Aumento do consumo de drogas
		Falta de recursos orçamentários e financeiros
		Redução do orçamento para investimento em Segurança Pública
		Falta de controle das fronteiras pelo Estados
		Falta de troca das informações pelos estados (Inteligência Nacional Integrada)

VI- IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Um dos aspectos mais importantes para o pleno exercício da liderança compartilhada é o estabelecimento de missão, visão e valores da Instituição. O conjunto formado pela missão, visão e valores representam a identidade organizacional onde todos devem saber claramente o propósito e a razão da sua existência.

Esta fase, a Polícia Civil do Estado de Sergipe traduz definindo aonde se quer chegar e como se quer chegar com a instituição, a partir desse contexto, a alta gestão passou a definir a missão institucional, a sua visão de futuro e os valores da instituição, além da elaboração dos objetivos estratégicos, metas e indicadores estratégicos:

VI. 1- MISSÃO

A missão é uma declaração concisa do propósito e das responsabilidades da instituição perante os seus clientes, ou seja, é a sua razão de ser, porque ela existe e quais são os seus propósitos.

A Polícia Civil, instituição permanente, auxiliar da Justiça Criminal e necessária à defesa do Estado e do povo, exerce, com exclusividade, as funções de Polícia Judiciária do Estado, ou seja, investigatória policial, e a apuração das infrações penais, exceto as militares. Órgão da administração direta, a instituição possui autonomia administrativa e funcional, mas não dispõe de dotações orçamentárias próprias, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado.

A Polícia Civil também atua na prevenção da ordem pública e dos direitos dos cidadãos; no combate eficaz da criminalidade e da violência; na manutenção de estreito e constante intercâmbio de caráter investigatório e judicial entre as repartições e organizações congêneres; na promoção do recrutamento, seleção, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento

profissional e cultural do policial civil; na colaboração com a Justiça Criminal, providenciando o cumprimento dos mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias; no fornecimento de informações necessárias à instrução e julgamento dos processos; na realização de diligências fundamentalmente requisitadas pelo juiz de Direito e membros do Ministério Público nos autos do inquérito policial;

A partir desse contexto, a missão da PC-SE é definida como:

MISSÃO

Promover a Segurança Pública de forma integrada, por meio da investigação criminal eficaz, contribuindo para a redução da criminalidade e pacificação social em território Sergipano.

VI. 2- VISÃO

A visão é a descrição do futuro desejado para a Instituição. Esse enunciado reflete o alvo a ser procurado pelos esforços individuais, da equipe e pela alocação de recursos. A visão deve conter tanto a aspiração, como a inspiração. Traduz o que se quer no futuro, ou seja, é a forma como os seus gestores enxergam a instituição dentro de um período de longo prazo, consequentemente a visão da PCPE-SE é:

VISÃO

Ser reconhecida pela excelência na investigação criminal e no exercício das funções de polícia judiciária, contribuindo para redução da criminalidade em Sergipe.

VI. 3- VALORES

Os valores definem as regras básicas que norteiam os comportamentos e atitudes dos colaboradores. São regras para que, executando a missão, se alcance a visão. É o conjunto de crenças e princípios fundamentais para qualquer instituição, servindo de sustentáculo para o processo de tomada de decisões.

VALORES

- Compromisso com o interesse público;
- Promoção dos Direitos Humanos e da Diversidade;
- Unidade institucional;
- Gestão Participativa;
- Ética nas relações internas e externas;
- Valorização profissional;
- Eficiência, qualidade, imparcialidade, transparência e efetividade dos serviços.

VI. 4- OBJETIVOS

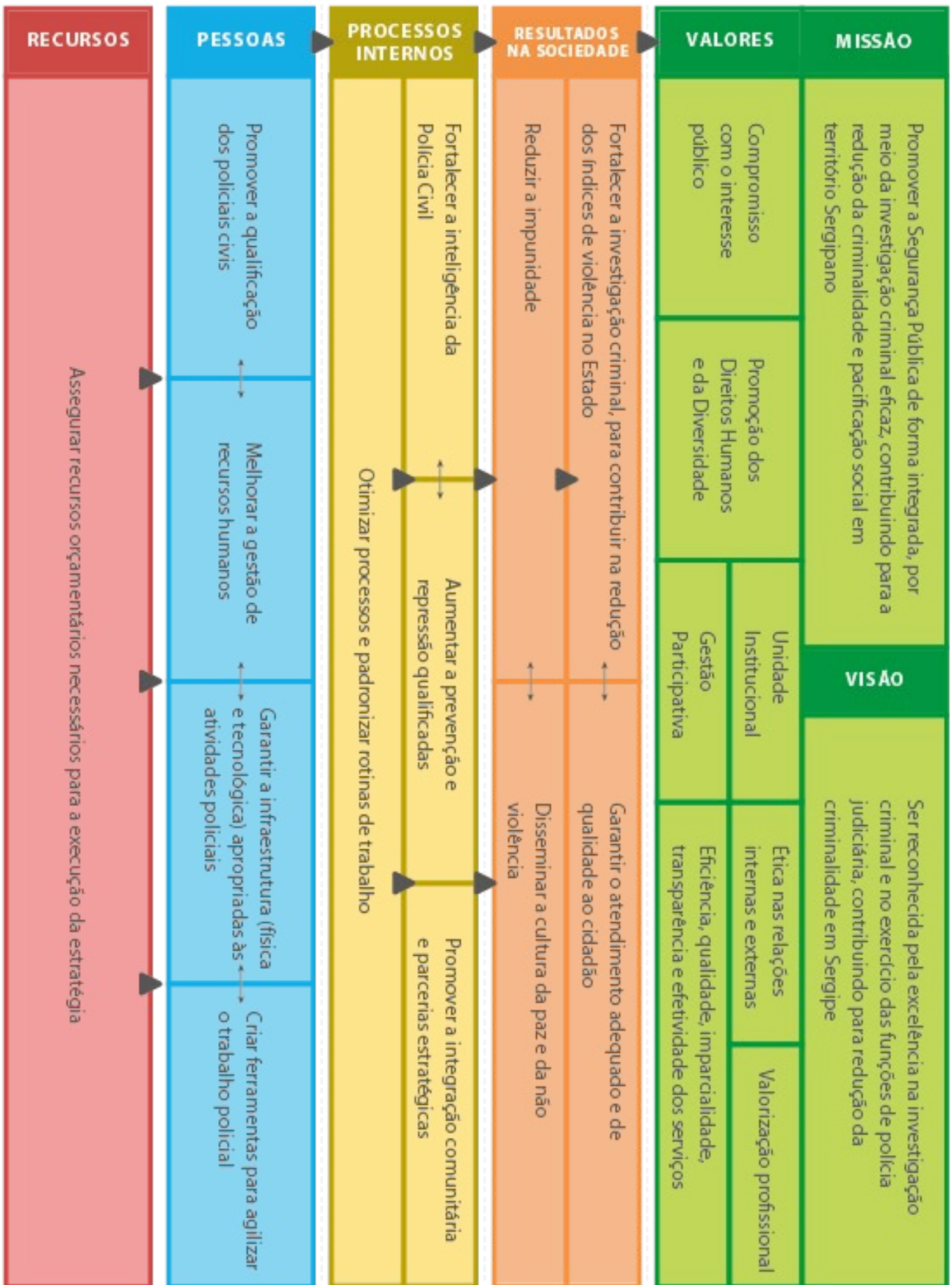
São diretrizes que norteiam a Instituição para onde ela quer chegar e serve para induzir os esforços em busca dos resultados que se pretende atingir, a partir desse contexto os objetivos da PEPC-SE são:

OBJETIVOS

- Modernizar a Gestão Administrativa e Operacional da Polícia Civil;
- Garantir o atendimento adequado e de qualidade ao cidadão na capital e no interior do Estado;
- Reduzir o passivo de procedimentos nas unidades da polícia civil;
- Promover a atuação integrada das delegacias e departamentos da polícia CIVIL
- Aproximar a polícia civil da sociedade por meio de ações de prevenção;
- Fortalecer a cultura do Planejamento Estratégico.

VI. 5- MAPA ESTRATÉGICO:

MAPA ESTRATÉGICO DA POLÍCIA CIVIL DE SERGIPE 2017 - 2



VI. 6- METAS E INDICADORES

As metas representam os esforços a serem alcançados para atingir os resultados dos objetivos estratégicos propostos e são quantificadas por meio de indicadores de desempenho. Já os indicadores são os índices de monitoramento que quantificará o grau de atendimento de uma meta, analisando a situação atual e a situação desejada e serve para monitorar o cumprimento das metas e avaliar os pontos críticos de sucesso, servindo também de base para futuras avaliações e elaboração de planos e projetos.

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INDICADORES	METAS
MODERNIZAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DA POLÍCIA CIVIL	Implantar Módulo I (Boletim Eletrônico) do PPE nas unidades Policiais até dezembro de 2018.	Unidades utilizando o sistema	112
	Implantar Módulo II (Procedimentos) do PPE nas unidades Policiais até julho de 2019.	Unidades utilizando o sistema	112
	Criar um Sistema de Gestão de Recursos Humanos da Polícia Civil	Sistema criado	1
	Melhorar a velocidade da Internet em todas as unidades Policiais da Capital e do Interior	Unidades atendidas	112
	Realizar recadastramento do efetivo da Polícia Civil	Recadastramento realizado	1
	Regulamentar o uso de viaturas da Polícia Civil	Portaria publicada	1

	Padronizar a identidade visual da Polícia Civil de acordo com o Padrão Nacional até 2021- (veículos, roupas, documentos, Carteira Funcional)	Decreto publicado	1
	Tornar o WEBMAIL do EXPRESSO como meio de comunicação oficial da SUPCI com os servidores e unidades policiais	Portaria publicada	1
	Criar o Livro Eletrônico de Inquérito Policial, na Intranet, com preenchimento de 2016 em diante	Sistema criado	1
	Normatizar o uso do Livro Eletrônico de Inquérito Policial, na Intranet, com preenchimento de 2016 em diante	Portaria publicada	1
	Mapear as necessidades estruturais e físicas das unidades da Polícia Civil	Mapeamento realizado	112
	Construir um Canil do GERB até dez/2018	Canil construído	1
	Criar Comissão para Avaliação do Estágio Probatório	Portaria publicada	1
	Realizar a avaliação do Estágio Probatório do concurso de 2015.	Avaliação realizada	3

	Confeccionar e aprovar Ementa dos Cursos previstos na Lei dos Policiais Civis para a promoção de progressão de carreira até 2021	Ementas confeccionadas e aprovadas pela SUPCI	1
	Realizar o 1ª Curso de Progressão das Carreiras da Polícia Civil	Curso realizado	1
	Alterar a Legislação para normatizar as novas unidades da Polícia Civil e o novo Organograma até 2021	Nova Legislação Publicada e novo organograma confeccionado	1
	Capacitar 100% dos Delegados para utilização do Sistema PPE (Modulo I-BO)	Policiais capacitados- lista de presença assinada	144
	Capacitar 100% dos Escrivães para utilização do Sistema PPE (Modulo I-BO)	Policiais capacitados- lista de presença assinada	192
	Capacitar 100% dos Delegados para utilização do Sistema PPE (Modulo II- Procedimentos)	Policiais capacitados- lista de presença assinada	144
	Capacitar 100% dos Escrivães para utilização do Sistema PPE (Modulo II- Procedimentos)	Policiais capacitados- lista de presença assinada	192

	Capacitar 100% dos Agentes para utilização do Sistema PPE (Modulo I-BO)	Policiais capacitados-lista de presença assinada	850
	Capacitar 100% dos Agentes que atuam em Cartório para utilização do Sistema PPE (Modulo II-Procedimentos)	Policiais capacitados-lista de presença assinada	850
	Realizar Cursos de Capacitação continuada dos Policiais Civis	Capacitação realizada	50
	Preparar os Delegados Agentes e Escrivães para relacionamento adequado com os meios de comunicação (media training)	Cursos realizados	15
	Criar o Núcleo de Assessoria de Comunicação na Polícia Civil	Núcleo Criado	1
	Formalizar Parcerias para implantar projetos e captar recursos para a Polícia Civil	Parecerias formalizadas	10
	Regulamentar a Lei de Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos	Regulamento Publicado	1

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INDICADORES	METAS
REDUZIR O PASSIVO DE PROCEDIMENTOS NAS UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL	Realizar Forças Tarefa com equipes operacionais de apoio às Delegacias Metropolitanas.	Forças Tarefa criadas	60
	Validar os Boletins de Ocorrência do Sistema BO Online até julho de 2019	BO's Validados	100%
	Reduzir o passivo de Inquéritos Policiais represados de anos anteriores	Inquéritos Policiais encaminhados a Justiça	100%
	Reduzir o passivo de cotas judiciais no portal criminal	Cotas cumpridas	70%
	Aumentar o preenchimento das cartorárias pelas unidades policiais	Cartorárias preenchidas ao ano	70%
	Melhorar o índice de elucidação dos Inquéritos Policiais instaurados	Incide de % de elucidação no ano	40%

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INDICADORES	METAS
FORTALECER A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E A INTELIGÊNCIA POLICIAL, PARA REDUZIR A IMPUNIDADE E OS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA NO ESTADO	Incrementar a equipe de analistas de campo da Divisão de Inteligência - DIPOL	Equipes criadas	15
	Criar equipe de Local de Crime de tentativa de Homicídio no DHPP	Equipe criada	1
	Criar o Núcleo de Inteligência no DENARC	Núcleo criado	1
	Expandir a atuação da DIPOL, por meio da criação de núcleos de Inteligência, nos Departamentos	Núcleos instalados	5
	Criar Protocolos da Atuação Integrada entre a Polícia Civil e Perícia para local de crime de Homicídios e tentativa de Homicídios	Protocolos criados	2
	Implantar, em conjunto com a Perícia, a pulseira de Identificação de Cadáver	Pulseira implantada	1
	Reduzir em 5% ao ano a taxa de homicídios por 100.000 habitantes	Taxa de homicídios por 100.000 habitantes	25%

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INDICADORES	METAS
GARANTIR O ATENDIMENTO ADEQUADO E DE QUALIDADE AO CIDADÃO NA CAPITAL E NO INTERIOR DO ESTADO	Criar as Centrais de Flagrantes na Zona Norte e Zona Sul da capital.	Unidade criada	2
	Estruturar as Centrais de Flagrantes com equipamentos e mobiliários	Unidade equipada	2
	Criar o Departamento de Crimes Contra o Patrimônio	Unidade criada	1
	Reformar 5ª Delegacia Metropolitana e do DAGV de Socorro	Unidade reformada	2
	Reformar o antigo prédio da 10ª Delegacia para abrigar o Departamento de Narcóticos -DENARC	Unidade Reformada	1
	Criar uma Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis em São Cristóvão	Unidade criada	1
	Criar Núcleos de Atendimento a Grupos Vulneráveis nas Delegacias Regionais	Núcleos criados	6
	Criar Núcleos de Investigação de Crimes contra a Ordem Tributária e Lavagem de Dinheiro nas Delegacias Regionais	Núcleos criados	5

	Adequar o efetivo das unidades policiais da capital	Efetivo adequado nas unidades	150
	Adequar o efetivo policial nas unidades do interior do estado	Efetivo lotado	150
	Criar novas unidades plantonistas no Interior do estado com equipes completas	Unidade criada	3
	Expandir o atendimento em unidades do Interior do estado para registro de ocorrências	Atendimento ampliado	6
	Criar equipes de Local de crime no interior para atuação nos casos de crimes de mortes violentas, roubos e furtos qualificados	Equipe criada	3
	Criar Núcleos de Homicídios e Narcóticos em 08 Delegacias regionais do Interior do estado	Núcleos criados	8
	Aumentar o número de Delegacias Regionais no interior	Unidades criadas	6
	Expandir a atuação da DIPOL, por meio da criação de núcleos de Inteligência, nas Delegacias Regionais até 2021	Núcleos instalados	6
	Nomear até 2018 os Gestores das AISPs	Nomeações realizadas no DOE	1

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INDICADORES	METAS
PROMOVER A ATUAÇÃO INTEGRADA DAS DELEGACIAS E DEPARTAMENTOS DA POLÍCIA CIVIL	Realizar reuniões técnicas semanais da equipe da Delegacia Geral com os gestores das unidades da Inteligência, COPE, DENARC, DHPP.	Reuniões realizadas	200
	Realizar reuniões técnicas mensais com Delegados Regionais	Reuniões realizadas	60
	Realizar monitoramento diário das mortes violentas	Monitoramento realizado	60
	Realizar operações integradas nos locais de maiores índices criminais e priorizar prisões de procurados por esses tipos de crimes.	Operações integradas realizadas	50
	Reestruturar as Áreas Integradas de Segurança Pública.	Decreto alterado	1
	Aprovar a Lei das Acumulações	Decreto publicado e nomeações realizadas	1

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INDICADORES	METAS
APROXIMAR A POLÍCIA CIVIL DA SOCIEDADE POR MEIO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO	Realizar ações educativas e operações policiais focadas nas temáticas do calendário anual de pautas positivas.	Ações realizadas	50
	Implantar Núcleos do Projeto ACORDE de Mediação de Conflitos na Capital	Núcleos implantados	4
	Implantar Núcleos do Projeto ACORDE de Mediação de Conflitos no interior	Núcleos implantados	4
	Mediar, por meio do Projeto ACORDE, os crimes de menor potencial ofensivo até 2021	Mediações realizadas	4000
	Implantar o Sistema Alerta Celular	Sistema implantado	01



OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INDICADORES	METAS
FORTALECER A CULTURA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Realizar evento anual com o objetivo de divulgação, desdobramento, acompanhamento e implantação do plano estratégico, objetivando integrar e alinhar todos os servidores com a missão da instituição até 2021 e realizar premiações	Eventos realizados	04
	Instituir as Medalhas do Mérito da Inteligência e do Mérito de Investigação Criminal.	Decreto publicado	01
	Instituir o selo de eficiência da Gestão para premiar unidades policiais	Decreto publicado	01



VII –SIGLAS E ABREVIATURAS

SUPCI

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

COPCI

COORDENADORIA DA POLÍCIA DO INTERIOR

COPCAL

COORDENADORIA DE POLÍCIA DA CAPITAL

COPE

COMPLEXO DE OPERAÇÕES POLICIAIS

COGESISP

COORDENAÇÃO GERAL DE INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

DHPP

DEPARTAMENTO DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA

DENARC

DEPARTAMENTO DE NARCÓTICOS

DIPOL

DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA

DAGV

DELEGACIA DE ATENDIMENTO A GRUPO VULNERÁVEIS

VII- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Manual de Planejamento Estratégico**. São Paulo: Atlas, 2003.

BERNARDI, Luiz Antônio. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégicas e dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

FILIPPO GHERMANDI, **Planejamento Estratégico: o que é e como fazer**. Disponível em: <https://blog.luz.vc/como-fazer/planejamento-estrategico/>. Acesso em: (15/06/2017)

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 29. São Paulo: Atlas, 2011.

NIVEN, Paul R. **Balanced scorecard passo-a-passo: elevando o desempenho e mantendo resultados**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

Souza, Adelson Joaquim de. **Polícia Judiciária e Garantias de Direitos Fundamentais**, Piracicaba/SP, 2016, Disponível em: https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/06122016_131955_adelson_joaquimdesouza_ok.pdf



PALÁCIO DA POLÍCIA CIVIL
GOV. ALBANO FRANCO

POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA CIVIL

DENARC
POLÍCIA CIVIL

DENARC